

Sete mil serviços públicos fechados desde 2000

● **Especialistas** alertam para um aprofundamento de diferenças entre interior e litoral ● **“Ninguém fica onde não existe nada”**, avisam

Nuno Miguel Ropio
sociedade@jn.pt

Já serão cerca de sete mil os serviços públicos encerrados no interior do país desde o ano 2000. Depois de escolas, unidades de saúde, postos da GNR ou Correios, vão somar-se os tribunais e as repartições de Finanças.

Um “círculo vicioso” está a implantar-se no interior, por um Estado que apela à fixação de populações e simultaneamente as impede de acederem às suas instituições. Um cenário que acentua o fosso entre interior e litoral e que afasta os cidadãos do Estado.

No dia em que a imagem do país profundo se torna sede das comemorações oficiais do Dia de Portugal, este é um dos alertas que deixa Giovanni Allegretti, especialista em Planeamento Territorial.

“Quando o Estado retira escolas, tribunais ou as Finanças, é a própria legitimidade do Estado que também desaparece”, diz o investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, frisando que “ninguém fica onde não existe nada”. Uma constatação que os números confirmam: desde 1974 e até 2013, o in-

terior já perdeu 197 mil habitantes. Recorra-se ao exemplo da Guarda, para melhor se perceber a dimensão do problema: no ano passado nasceram, em todo o distrito, 831 bebés; em 1974, tinham sido 2626.

“O Estado não pode acentuar clivagem e agir com as regras do mercado. Fechar uma escola não é o mesmo que fechar uma loja ou um talho”, alerta Allegretti. “Nenhuma força jovem permanece num espaço onde o Estado só teve em conta a relação custo-benefício, e não a especificidade”, critica.

Potencial criativo

Para Luís Moreno, do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, é necessário um “processo de valorização continuada do potencial criativo de pessoas e lugares, promovendo a integração de diferentes formas de inovação: social, institucional e técnica”.

Isto é, um “investimento inteligente, articulado”, que não dispensa “o ordenamento do território”. Todavia, alerta este geógrafo, especialista em desenvolvimento territorial, em causa estão “processos que nada têm de rápido, nem têm efeitos rápidos, nem se fazem com decisões avulsas e desligadas no tempo e no espaço”. ●